UNIÃO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DO MÉDIO TOCANTINS/UNEST
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE PARAÍSO DO TOCANTINS/FCJP
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO / CPA

SEGUNDO RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ANO DE 2016

PARAÍSO DO TOCANTINS/TO
2016

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....2
a. Dados da Instituição.....2
b. Composição da CPA.....3
c. Planejamento estratégico de autoavaliação.....4
II - METODOLOGIA.....6
III. DESENVOLVIMENTO.....7
IV. ANÁLISE DAS DIMENSÕES.....8
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.....8
Dimensão 2: Política para o ensino, a pesquisa e a extensão.....12
Dimensão 3: Responsabilidade social da Instituição.....16
Dimensão 4: Comunicação com a sociedade.....17
Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.....18
Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição.....19
Dimensão 7: Infraestrutura física.....21
Dimensão 8: Planejamento e autoavaliação.....25
Dimensão 9: Política de atendimento aos estudantes.....27
Dimensão 10: Sustentabilidade financeira.....27
V. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES.....28
VI. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE.....29

I. INTRODUÇÃO

a. Dados da instituição

Dados da Mantenedora:

Mantenedora (1546): União Educacional de Ensino Superior do Médio Tocantins Ltda

CNPJ/MF: 04.952.766/0001-27

Natureza Jurídica: Instituição Privada com Fins Lucrativos

Dados da Mantida/Caracterização da Instituição:

Mantida (2702): Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins – FCJP

Endereço: Avenida Transbrasiliana, n. 2625, Setor Vila Milena, CEP: 77.600-000

Município: Paraíso do Tocantins UF: TO

Telefone/Fax: (63) 3361-1833

Organização Acadêmica: Faculdade

E-mail: direito@unest.edu.br

Diretora: Janaína Mendes de Sousa e Silva

Curso Ofertado/Ato Regulatório: Bacharelado em DIREITO

Reconhecimento de Curso: Portaria SESU/MEC Nº 193 de 24/06/2011. Publicação: 27/06/2011

Autorização de Curso: Portaria MEC Nº 4.544 de 28/12/2005. Publicação: 29/12/2005

A institucionalização da Comissão Própria de Avaliação (CPA) teve como referência os princípios norteadores da Instituição estabelecidos no Regimento Geral e ocorreu na forma do disposto no artigo 11, da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no artigo 7º, parágrafos 1º e 2º, Diretrizes I e II - MEC, da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004 - MEC.

b. Composição da CPA

A designação dos membros consta de Portaria que define a CPA como o órgão que tem a responsabilidade de coordenar a execução do processo de autoavaliação institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins - FCJP.

1. Representação Discente: Vinicius Maciel Borges
2. Representação Docente: Leila Rufino Barcelos / Rômulo de Morais e Oliveira
3. Representação Técnico-Administrativo: Damares Oliveira Santos Monteiro
4. Representação da Sociedade Civil Organizada: Antônio Carlos Lacerda Cabral
5. Coordenador indicado pelos integrantes da CPA: Rômulo de Morais e Oliveira
6. Período de mandato da CPA**:** 9 de junho de 2016 a 9 de junho de 2018
7. Ato de designação da CPA**:** Portaria 09/2016 de 9 de junho de 2016

c. Planejamento estratégico de autoavaliação

Com a edição da Lei no 10.861/2004, o Ministério da Educação estabeleceu novas diretrizes para as Políticas Educacionais, no que tange à avaliação, instituindo o Sistema

Nacional de Avaliação (SINAES), que tem a autoavaliação como componente essencial para subsidiar a avaliação externa das instituições de ensino superior.

Essa mudança resgatou a importância da autoavaliação e estabeleceu as bases para a implantação dessa cultura avaliativa no ambiente acadêmico, com a participação de todos os segmentos que a integram.

Em atendimento à legislação, a Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) constituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com as atribuições de condução dos processos de autoavaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A CPA, bem como a Direção da FCJP, entende a avaliação como processo e não como produto e, portanto, valorizam o sistema contínuo de avaliação em dois níveis: um pela sociedade e outro pela autoavaliação, com a participação de professores, alunos, pessoal técnico e administrativo e sociedade civil organizada.

A autoavaliação institucional é entendida prioritariamente como um ponto de partida para os ajustes necessários na FCJP. Ela é um instrumento estruturante das possíveis abordagens dos problemas vivenciados no ambiente institucional. Por outro lado, ela sedimentará uma cultura de avaliação diagnóstica, onde são identificados os erros e os acertos com o objetivo de correção e melhoria.

Para a implantação do seu Projeto, a FCJP promoveu debate sobre a prática da autoavaliação contínua, coordenado pela sua CPA, com a finalidade de disseminar entre os docentes, discentes e os funcionários a metodologia adotada e os instrumentos utilizados, seus objetivos e os rumos do desenvolvimento de suas múltiplas atividades e consequências.

A trajetória de autoavaliação da FCJP está sendo construída de modo a ajustar-se a um modelo de resultados concretos que monitore os indicadores institucionais da qualidade dos serviços educacionais que presta a sociedade onde se insere, por meio de um processo participativo, que é construído coletivamente tendo como principal foco o aperfeiçoamento de sua ação educativa.

A FCJP propõe-se, neste sentido, repensar a realidade institucional num processo sistêmico e participativo desencadeado internamente, que permita examinar criticamente suas estruturas, suas atividades de ensino e de extensão, bem como seu modelo de gestão, com vistas a identificar, compreender e equacionar alternativas para seu aperfeiçoamento acadêmico.

Portanto, fiel à sua atribuição de propor diretrizes para autoavaliação da FCJP, a CPA consolidou sua visão de avaliação com a construção do Projeto de Autoavaliação Institucional, também, em cumprimento a Lei 10.861, que instituiu o SINAES; tendo como base as disposições contidas na Portaria MEC 2.051, de 09 de julho de 2004, e as Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e as Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação, editados pela CONAES.

A elaboração do Projeto de Autoavaliação compreendeu a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. O calendário contemplou os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários etc.) e o planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, levou em conta as características da IES.

Durante toda a etapa de preparação da autoavaliação, a IES empenhou-se na sensibilização, que buscou o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras e outros meios de interlocução. Porém, a sensibilização tem caráter permanente, foi realizada nos momentos iniciais, na continuidade das ações avaliativas, e continuará a ser valorizada na FCJP, pois sempre haverá novos atores iniciando sua participação no processo, sejam estudantes, sejam membros do corpo docente ou do corpo técnico-administrativo.

Portanto, no desenvolvimento do processo de autoavaliação, a FCJP procura assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. Nesta etapa foram desenvolvidas as seguintes atividades:

(a) realização de reuniões ou debates de sensibilização;

(b) sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas destas reuniões;

(c) realização de seminários internos para: apresentação do SINAES, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados e outros;

(d) construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;

(e) definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;

(f) definição de formato do relatório de autoavaliação;

(g) implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações;

(h) elaboração de relatórios;

(i) organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e divulgação das experiências.

O planejamento estratégico de autoavaliação ora apresentado refere-se ao **ano de 2016**, sendo este o **segundo relatório parcial**, conforme os ditames estabelecidos na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065.

II. METODOLOGIA

Os instrumentos de avaliação interna foram desenvolvidos a partir da definição das variáveis e dos itens de controles da qualidade associados a cada uma das dez dimensões contidas no art. 3º, da Lei 10.861/04. Esses instrumentos contemplam abordagens quantitativas e qualitativas.

A definição dos instrumentos resultou dos trabalhos dos grupos constituídos por dimensão da avaliação institucional. A princípio, foram selecionados os seguintes instrumentos:

(a) entrevistas com os dirigentes da IES e porcentagem representativa de professores, técnico-administrativos e discentes, seguindo-se as dez dimensões propostas;

(b) questionários;

(c) análise dos relatórios das avaliações externas realizadas pelo INEP/MEC;

(d) análise dos resultados obtidos pela FCJP;

(e) análise documental;

(f) observação.

Foi realizada uma avaliação de contexto, a partir de levantamento de dados e tendências disponíveis na Diretoria, Coordenação de Curso, Secretaria Geral, Ouvidoria, NOPE, Tesouraria e nos demais Órgãos de Apoio.

Inicialmente, se procedeu a coleta dos dados e informações necessárias ao trabalho. Obtidos os dados, estes foram cuidadosamente criticados, a procura de possíveis falhas e imperfeições, a fim de não se incorrer em erros grosseiros, que possam influir sensivelmente nos resultados. Esta crítica interna visa à observação dos elementos originais dos dados da coleta.

O tratamento dos dados e informações consistiu no processamento destes dados obtidos e na sua disposição mediante critérios de classificação manual e/ou eletrônica.

Após a apresentação dos dados calculou-se as medidas típicas convenientes para se proceder à análise dos resultados obtidos, por meio de métodos estatísticos e obter dessa análise os resultados que permitiram concluir e realizar previsões acerca dos itens avaliados. O relato das conclusões, de modo que sejam facilmente entendidas por quem as for usar na tomada de decisões, como todo o trabalho de autoavaliação foi de responsabilidade da CPA.

Os resultados da pesquisa institucional, realizada em 2016, encontram-se na FCJP. Por meio de sondagem, de coleta de dados e de recenseamento de opiniões, foi possível conhecer a realidade institucional, o corpo social, os recursos financeiros disponíveis, a qualidade da infraestrutura e as expectativas da comunidade sobre a FCJP e desta com a comunidade, para rever suas metas, seus objetivos com maior possibilidade de serem alcançados a curto, médio e longo prazo.

III. DESENVOLVIMENTO

A CPA, após uma análise crítica da atual etapa do processo de autoavaliação, desenvolvido de acordo com a proposta inserida no seu PDI, elaborou seu relatório de autoavaliação, como resultado da retomada do projeto de autoavaliação para reflexão e replanejamento das ações. Foi elaborado o relatório parcial para o ano de 2016, descrevendo as ações planejadas/realizadas, os resultados alcançados, destacando as fragilidades, as potencialidades e como são incorporados estes resultados no planejamento da gestão acadêmico-administrativa.

IV. ANÁLISE DAS DIMENSÕES

Dimensão 1
Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Através da análise dessa dimensão, verificou-se que a Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) assume como missão institucional promover a educação superior de qualidade, estimulando o desenvolvimento do conhecimento e habilidades de seus alunos para que alcancem o sucesso pessoal e profissional, com a contribuição de docentes capacitados. Nesse sentido, tem como finalidade responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa. Tem o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino, aliadas à iniciação científica e à extensão, ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento.

A instituição possui uma imagem positiva junto à sociedade paraisense, bem como nas cidades circunvizinhas, sendo vista como uma instituição séria, buscando resultados satisfatórios e esmerando-se pela experiência acumulada ao longo dos anos. O desenvolvimento institucional se orienta por metas estabelecidas em sua formulação para o período 2017/2018, dentre as seguintes:

1. *Qualificação da gestão institucional*: nota-se que a Instituição realizou as seguintes ações: a) adotou instrumento eletrônico que tornou mais eficiente a gestão administrativa e acadêmica, com a consequente, modernização e padronização dos processos e procedimentos administrativos; b) gestão adequada dos recursos que propiciaram implementar melhorias estruturais da Instituição; c) a implantação da Sistema SEI e da Biblioteca Virtual que otimizaram o processo de aprendizagem e do funcionamento dos aspectos administrativos.
2. *Promoção da continuidade da oferta do curso de graduação em funcionamento, na modalidade presencial, e a permanente atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)*: nesse quesito percebeu-se uma maior atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso que promoveu diversas reuniões, não só com os seus membros efetivos, como também com os demais professores, convidando-os a participarem das reuniões, com sugestões importantes para a atualização das ementas e conteúdos das disciplinas, como também aspectos estruturais do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e do regulamento que trata do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), demonstrando uma gestão democrática sobre assuntos Institucionais.

3. *Promover a oferta dos cursos de graduação, na modalidade presencial*: quanto à proposta de solicitar a autorização dos cursos de graduação (bacharelado) em Ciências Contábeis e Serviço Social, a Instituição, até o ano de 2016, não protocolizou tais requerimentos. Justifica-se pelo fato de existir processo com designação de avaliação *in loco*.
4. *Desenvolver atividades de ensino e extensão no âmbito dos cursos*: a FCJP, especialmente no ano de 2016, destacou-se na elaboração de projetos de ensino e extensão, com eventos sociais em datas comemorativas e palestras de apoio jurídico à população carente de Paraíso do Tocantins. Destaca-se a Clínica de Direitos Humanos, ligada ao Núcleo de Prática Jurídica da FCJP, com alguns projetos que tiveram como foco a promoção da dignidade da pessoa humana, com palestras direcionadas aos idosos, por exemplo.
5. *Promover as políticas de inclusão social*: destaca-se a ótima aceitação, por parte do alunado, dos cursos de nivelamento, que buscam sanar determinadas deficiências que os acadêmicos enfrentam no desenvolvimento acadêmico.
6. *Promover as políticas de responsabilidade social*: neste quesito a Instituição se destaca pelos diversos convênios realizados com entidades públicas e privadas da cidade de Paraíso do Tocantins, propiciando benefícios não só à comunidade acadêmica como também aos professores e demais funcionários. Tais convênios foram divulgados no site da Instituição, dando publicidade às redes conveniadas.
7. *Promover ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural da região onde a IES está inserida*: percebe-se que a temática envolvendo a diversidade e o meio ambiente são abordadas apenas em disciplinas próprias da grade curricular do curso, todavia, carece a Instituição de promover ações que integrem temas envolvendo, especialmente, ao patrimônio cultural e artístico da região.
8. *Promover ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região onde a IES está inserida*: as parcerias que a Instituição se propôs a realizar foram feitas, conforme amplamente divulgado no site institucional.
9. *Desenvolver ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial*: a Instituição deu um importante passo ao criar a Clínica de Direitos Humanos, ainda no ano de 2015, vinculando-o ao Núcleo de Prática Jurídica

(NPJ), com projetos de orientação ao público em geral, todavia, se mostra ainda necessário promover ações afirmativas de cunho étnico-racial.

10. *Manter corpo docente adequado ao desempenho das atividades de ensino e extensão da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins*: neste ponto percebe-se que a Instituição vem cumprindo com o seu propósito de manter, no mínimo, 35% de professores com titulação de doutorado e mestrado e, no mínimo, 50% do corpo docente nos regimes de tempo integral e/ou parcial.
11. *Manter corpo técnico-administrativo adequado ao desempenho das atividades de apoio técnico, administrativo e operacional da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins*: o corpo técnico-administrativo encontra-se adequadamente estruturado nos diversos setores institucionais, sendo que não houve nenhuma reclamação quanto à necessidade de se contratar novos funcionários, bem como os serviços, de um modo geral, se mostram, até o momento, a contento.
12. *Desenvolver programas de capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo*: neste quesito a Instituição promove o Planejamento Pedagógico, que serve como um encontro de orientações técnicas, tanto para docentes como também para o corpo técnico-administrativo, sobre as ações e procedimentos a serem adotados no semestre letivo.
13. *Promover as condições adequadas de acesso e permanência do aluno na Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins*: importante destacar que a Instituição promove o processo seletivo com a publicação de edital de inscrição, resultado e matrícula dos aprovados no site institucional. A agenda de eventos são divulgadas institucionalmente no calendário acadêmico. Durante a permanência do aluno na Instituição, destaca-se o NOPE que busca atender o alunado diante de dificuldades diversas no processo de desenvolvimento acadêmico, especialmente com orientações psicopedagógicas.
14. *Promover o acompanhamento dos alunos egressos e incentivar a sua participação na vida acadêmica da Faculdade de Ci6encias Jurídicas de Paraíso do Tocantins*: quanto aos egressos a Instituição, por meio do NOPE, busca colher informações sobre a vida profissional do egresso, buscando conhecer a condição profissional em que se encontra e em que ponto o conhecimento e a vida acadêmica na FCJP vem contribuindo ao seu desenvolvimento profissional, dentre outros pontos abordados.

15. *Proporcionar, à comunidade acadêmica, infraestrutura física e acadêmica adequada às finalidades dos cursos oferecidos pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins, atendendo aos padrões de qualidade fixados pelo Ministério da Educação*: com a mudança de prédio, atualmente a Instituição possui novas salas de aula, suficiente para todas as turmas do curso, bem como nova estruturação do NPJ, além de sala dos professores com computador, impressora, geladeira, televisão, mesa de reunião e climatização. Laboratório de informática com novos computadores, suficientes para a demanda dos alunos. A biblioteca possui uma estrutura com espaço de estudo privativo e computadores que auxiliam a pesquisa do alunado, além de aquisição de novas bibliografias conforme a demanda acadêmica atual. Destaca-se o cuidado dispensado pela Instituição em relação a acessibilidade, com vagas privativas no estacionamento, rampas, piso tátil, elevador de acesso ao piso superior e placas de acesso para deficiente visual em cada porta das salas das Instituição.
16. *Assegurar que a Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins disponha de equipamentos de informática, e de recursos audiovisuais e multimídia, necessários ao seu bom funcionamento*: a Instituição, no ano de 2016, apresentou grande melhora em relação à disponibilidade de computadores, impressoras, e aparelhos audiovisuais e multimídia, em número suficiente para o atendimento das necessidades apresentadas.
17. *Promover a aquisição, expansão e atualização periódica do acervo bibliográfico atendendo à demanda dos cursos*: a Instituição atualizou, ainda em 2016, as bibliografias constantes no PPC conforme a demanda exigida.
18. *Promover a autoavaliação institucional*: a cada ano a Instituição promove sua autoavaliação, abrangendo todos os agentes institucionais, por meio de formulário eletrônico com a geração automática dos resultados em forma de gráficos, cujos dados subsidiam a análise avaliativa do relatório anual realizado pela CPA.
19. *Manter o equilíbrio do fluxo financeiro, permitindo a expansão e o crescimento da qualidade de serviços prestados à comunidade*: percebe-se que a Instituição vem mantendo o equilíbrio do fluxo financeiro, uma vez que conseguiu manter a folha de pagamento dos funcionários sem atrasos e o valor da receita foi suficiente para a estruturação física necessária sem o comprometimento de outras verbas, o que

mostra que houve compromisso, seriedade e clareza na gestão financeira da Instituição.

Diante do que foi analisado, por meio da documentação verificada e entrevistas realizadas, foi possível avaliar que o eixo referente ao Plano de Desenvolvimento Institucional está atendido, visto o cumprimento dos objetivos ali traçados. Conforme observado, o PDI sugere ações pautadas no estímulo à expansão do ensino, na melhoria dos indicadores educacionais, na modernização e informatização dos segmentos da Instituição, na reformulação dos projetos curriculares dos cursos de graduação, desenvolvimento de ações voltadas para a articulação entre ensino e extensão.

Dimensão 2

Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

A Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) acredita que o processo de educação é integral e significativo, quando o mesmo é desenvolvido por meio de políticas de ensino e extensão.

O ensino na Instituição é orientada pelas seguintes diretrizes, conforme descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018):

1. *Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o egresso do curso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e produção do conhecimento;*
2. *Estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;*
3. *Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referirem à experiência profissional;*
4. *Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando os estágios e a participação em atividades de extensão;*
5. *Estabelecer mecanismos de avaliações periódicas, que sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;*
6. *Diversificar a atualizar as metodologias de ensino utilizadas.*

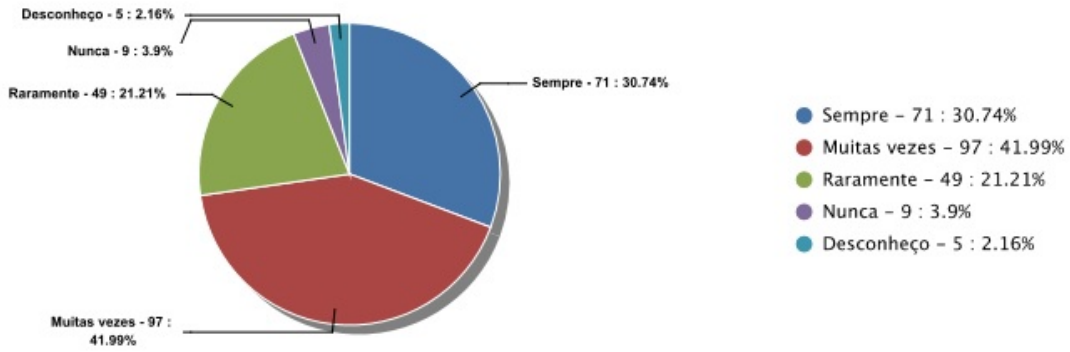
Neste processo, os aspectos pedagógicos são elementos chaves para o bom desenvolvimento da formação do discente. No processo de autoavaliação, desenvolvido pela CPA/FCJP, é destinado um questionário específico que visa investigar aspectos que

abrangem o ensino, sob a perspectiva do discente e do docente como autoavaliação e, de uma forma mais específica, a avaliação do aluno em relação a cada professor da disciplina.

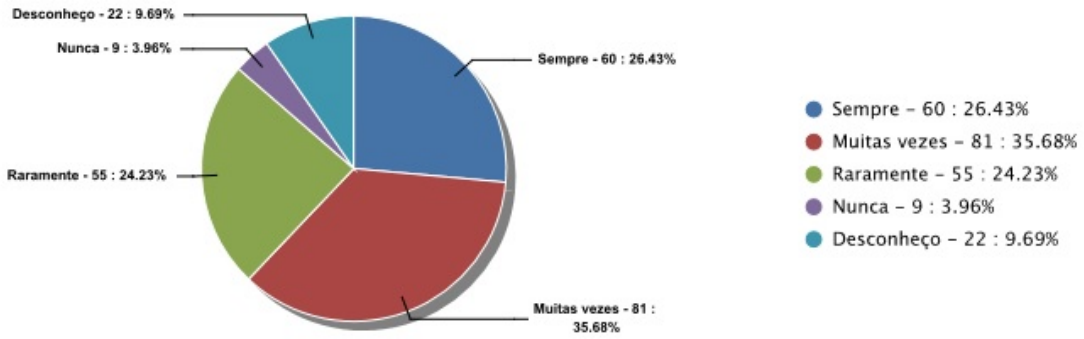
Abaixo temos a seguinte representação gráfica:

Avaliação da faculdade pelo aluno

Existe material didático-pedagógico que atenda as necessidades das aulas teórico-prático?

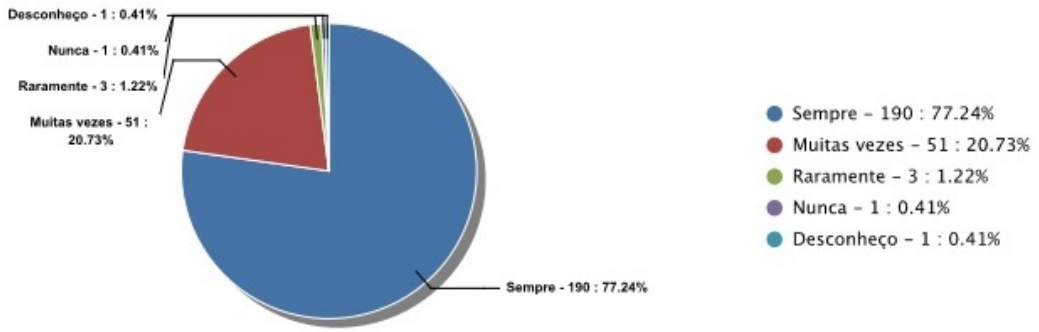


A Faculdade proporciona oportunidades para a realização de atividades de prática profissional?

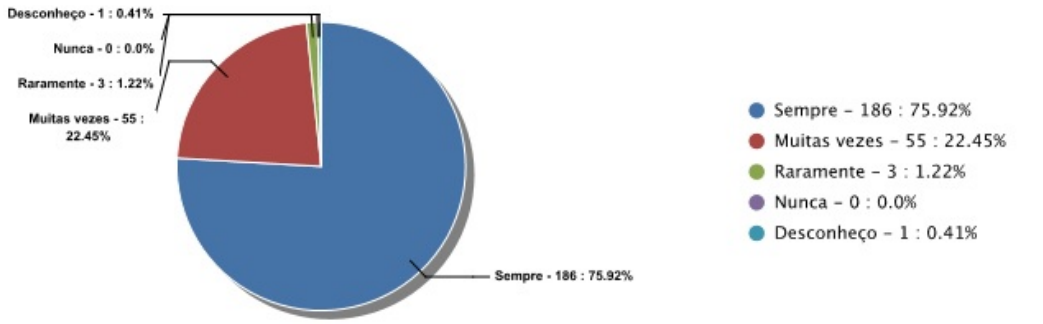


Autoavaliação do aluno

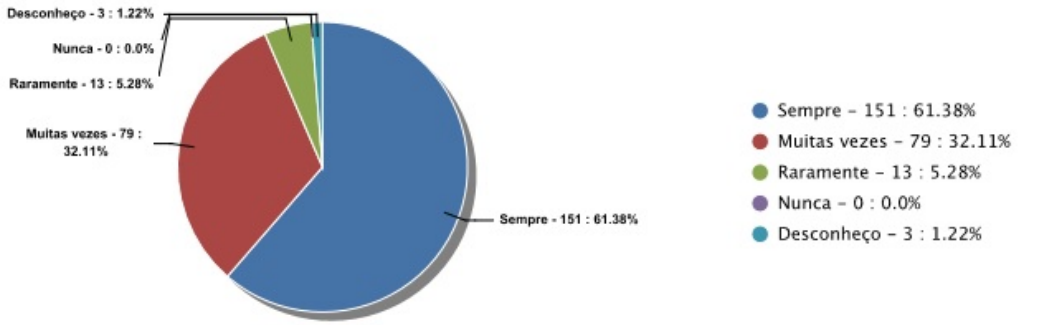
Estudo e faço as atividades propostas em sala de aula?



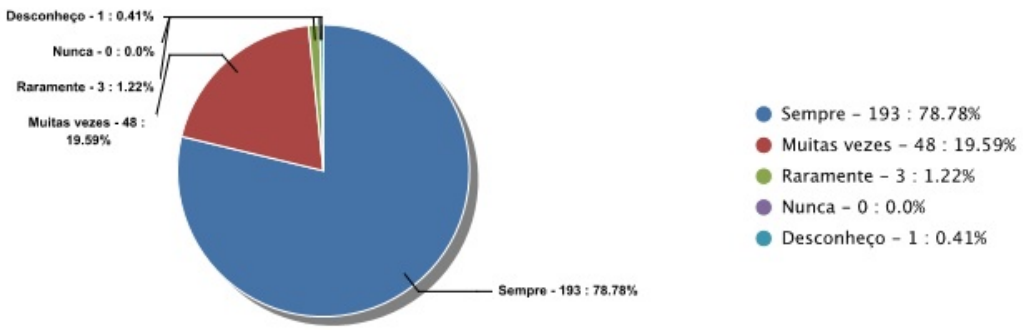
Tenho interesse pelas aulas?



Participo das atividades extraclasse propostas?



Percebo a importância da disciplina para a minha formação profissional?



Da análise gráfica apresentada acima, referente à avaliação institucional de 2016, percebe-se que a Instituição deve ter como missão para o ano de 2017 fomentar, em trabalho conjunto com o corpo docente, a incentivo a novas técnicas e práticas metodológicas que transmitam ao alunado uma percepção maior sobre a importância de se aprimorar os estudos para uma melhor formação profissional.

Como ações programadas e realizadas, destacam-se a inclusão do Plano de Ensino, no sentido de que haja maior conhecimento por parte do alunado, de forma periódica, sobre o andamento dos conteúdos estabelecidos no Plano de Ensino, além de proporcionar maior transparência, sendo que em 2016 os resultados foram satisfatórios.

No âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, destacam-se as atividades práticas de realização de audiências simuladas no escritório modelo, sendo uma oportunidade de participação acadêmica em atividades da prática profissional, ao vivenciar todas as circunstâncias ocorridas em uma audiência.

Ainda no âmbito do NPJ, a realização de visitas ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, através do projeto "Conhecendo o Judiciário", oportunizou aos estagiários a possibilidade de verificação de como se aplica a teoria na prática e o perfil do usuário, sendo esta ação positiva no âmbito institucional, inclusive com divulgação na mídia do judiciário tocantinense.

Outro ponto bastante positivo foi o empenho dos docentes na produção de artigos científicos, com marcas expressivas no ano de 2016, em que a Instituição motivou os

docentes a produzirem artigos científicos para revistas especializadas, inclusive com a disponibilização de valores contributivos com eventos de publicação em 2016.

Por fim, quanto ao ensino, em 2016 a Instituição se destacou com a instituição do Trabalho Discente Efetivo (TDE) que, com o objetivo de complementar a carga horária do curso, se mostrou uma importante ferramenta no processo de ensino acadêmico, uma vez que possibilita ao aluno o desenvolvimento de atividades realizadas extra classe, com a devida regulamentação institucional. O retorno foi positivo, uma vez que o aluno é incentivo a desenvolver a prática do ensino fora da Instituição.

A extensão da Instituição se orienta com base nos seguintes objetivos, conforme dispõe o PDI (2014-2018):

1. *Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais*;
2. *Priorizar as práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais relacionadas com a área jurídica;*
3. *Enfatizar a utilização da tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação;*
4. *Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão como um dos parâmetros de avaliação da própria Instituição;*
5. *Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, apoiando a produção acadêmica.*

No quesito extensão, a Instituição se destacou no ano de 2016, conforme análise documental realizada junto à coordenação de extensão, com diversos projetos apresentados por docentes que se mostraram empenhados em realizar atividades extraclasse com seus alunos, sendo que diversos projetos tiveram reflexos diretos junto à sociedade, conforme se viu nas fotos que acompanham os projetos.

Além dos projetos de extensão, a Instituição promoveu eventos que buscou uma articulação no sentido de divulgar e incentivar a participação efetiva da comunidade acadêmica em eventos promovidos tanto pela Instituição como por outras instituições.

No conjunto evolvendo as atividades de extensão, foram promovidas palestras, oficinas e minicursos, conforme documentação analisada, promovidas por docentes com

formação para oferecer os cursos. Em 2016 foi realizada a "Aula Magna", que contou com palestrantes de outras instituições.

Dimensão 3

Responsabilidade Social da Instituição

Dentre as ações voltadas às políticas de responsabilidade social, a Instituição pauta-se na interelação com a comunidade de forma a contribuir para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos como também capacitando profissionais para atender as necessidades das empresas, além de formar profissionais éticos e com responsabilidade social.

Nesse quesito, a Instituição buscou realizar ampla divulgação do Núcleo de Prática Jurídica, como sendo um departamento institucional de grande potencial para a transformação da realidade social local, uma vez que busca atender pessoas carentes através do estágio dos alunos do curso de Direito, ou seja, busca aliar a o ensino prático do Direito com o atendimento gratuito de assistência jurídica.

Todavia, percebe-se ainda a necessidade de se aumentar a demanda de atendimentos no NPJ. Para tanto, o projeto da Clínica de Direitos Humanos se mostra um grande vetor de apresentação do NPJ para a sociedade paraisense, que por meio das palestras realizadas pela CDH a cada dia que passa o NPJ vem sendo mais procurado pela população carentes. Trata-se de um projeto a longo prazo mas que aos poucos vem dando os resultados esperados.

Dimensão 4

Comunicação com a sociedade

Conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional, a Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) organiza estratégias e meios para a comunicação interna e externa, com o objetivo principal de promover a imagem institucional e difundir as atividades de ensino e extensão.

Nesse ponto, a Instituição necessita utilizar-se de dispositivos para a torná-la visível e legítima para seu público, com informações clara, através de uma linha direta de comunicação entre a Instituição e seu público interno e externo, que apresente grande valor institucional.

Atualmente, destacam-se a estreita relação de comunicação com o público interno, por meio da publicação de editais, memorandos, e demais documentos oficiais, em mural

próprio e de localização estratégica, sendo que todas as comunicações internas, além das publicações, são acompanhadas de avisos em sala de aula sobre o conteúdo divulgado.

Entre os meios de comunicação externa, destaca-se o site da Instituição que teve um aprimoramento no ano de 2016, com funcionalidades que propiciam buscar informações instituições importantes no próprio site, com *links* que possuem documentos institucionais tais como o PDI, PPC, dentre outros, relação de professores e sua titulação, convênios e parcerias realizadas, divulgação do edital de vestibular e todas as informações sobre inscrições e matrículas, assim como um link direto para o Sistema SEI e a Biblioteca Virtual. Ou seja, o site propicia um forte e importante acesso de comunicação tanto para o público interno como o público externo.

Dimensão 5

As Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo

Esta dimensão interfere diretamente na qualidade dos serviços prestados, pois trata diretamente dos recursos humanos que forma a força de trabalho junto aos academicos. E essa equipe demonstra a busca em realizar com eficiência e eficácia sua atividades e manifestam o seu orgulho em estar trabalhando na Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) por inúmeros motivos que os deixam satisfeitos. O pessoal que forma o corpo técnico administrativo é constituído pelos funcionários não docentes, e que tem a seu cargo a execução dos serviços indispensáveis de apoio administrativo, contábil, financeiro, de secretaria e controle acadêmico, de assessoria técnica, de manutenção de equipamentos, de segurança patrimonial e de serviços gerais de limpeza, conservação e urbanização. Constatou-se que a Instituição possui Plano de Carreira para os docentes e foi possível certificar que a mesma se preocupa em cumprir o que se estabelece para nos Planos de Carreira.

O corpo técnico-administrativo julgou satisfatória as condições físicas disponíveis para a realização dos trabalhos, bem como julgaram satisfatório os materiais e equipamentos disponibilizados para o cumprimento de seus respectivos cargos. Outro fator importante de satisfação do corpo técnico-administrativo foi o fácil acesso à diretoria da instituição e o bom atendimento pela coordenação do curso. Ainda, julgaram satisfatória a orientação que

recebem para executarem suas atividades e que a Instituição oportuniza a participação de cursos e treinamentos. Por fim, consideraram satisfatória os canais de comunicação.

Já no que tange ao processo ensino-aprendizagem-ensino há uma interação dos envolvidos que assegura uma participação corresponsável na construção educacional pautada no aprimoramento contínuo. Ressalta-se que o processo de *feedback* ao docente é realizado pela coordenação do curso, ocorrendo de maneira individual, reforçando os pontos fortes e solicitando atenção às fragilidades, sendo orientado na busca de melhorias dos aspectos com índices baixo constatados na avaliação institucional.

Salientamos que as ações que a Instituição tem efetuado repercutem nessa análise, uma vez que os professores que obtém índice considerado insatisfatório são orientados para buscar melhorias didáticas pedagógicas nos aspectos em que obtiveram índices abaixo do esperado. Essa busca de aperfeiçoamento faz com que melhore o processo de ensino-aprendizagem e, consequentemente, promova o aumento de aproveitamento por parte dos discentes.

Nesse sentido, ocorrem os encontros pedagógicos, realizados sempre no início de cada semestre letivo, com a participação da direção geral, assessoria pedagógica, coordenação do curso, chefes de departamentos, professores e corpo técnico-administrativo, cuja finalidade é estabelecer o planejamento pedagógico do semestre que se inicia, bem como motivar os profissionais a buscarem melhorias no seu desempenho e manter uma integração na equipe de trabalho.

Além disso, ocorrem as reuniões periódicas do corpo docente com a coordenação e direção geral, com reflexões e discussões sobre o projeto pedagógico de curso e a busca de melhorias para o curso, sendo que tais reuniões ocorreram durante o ano letivo de 2016. Percebeu-se uma maior interação dos docentes nas reuniões do colegiado do curso.

Por fim, destaca-se que foi ampliado o número de professores com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Da mesma forma, foi ampliado o número de professores com regime de trabalho em tempo integral e parcial.

Dimensão 6

Organização e Gestão da Instituição

Quanto à organização e gestão da Instituição, especialmente em relação ao funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos

processos decisórios. Nesta dimensão foi observado que a gestão da Instituição tem como objetivo o fortalecimento da democratização das atividades de ensino e extensão. Sendo incentivada a qualificação constante do corpo docente e técnico administrativo, buscando obter um sistema eficiente de comunicação interna e externa, possibilitando que as ações sejam pautadas pela transparência, realizando avaliações sistemáticas, possibilitando a identificação de problemas e subsidiando as tomadas de decisões.

Esta dimensão tem por finalidade verificar o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, as relações de poder entre as estruturas e a participação efetiva na construção das políticas da Instituição. Verificou-se que a avaliação da gestão institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) se constitui numa ferramenta de melhoria contínua, na medida em que compreende um balanço crítico, permanente e construtivo da infraestrutura e atividades técnico administrativo que integram e interagem com o universo acadêmico.

A CPA destaca que os objetivos e ações realizadas e previstas estão em consonância com o PDI da Instituição, entendendo que cumprem os objetivos e, mais do que isso, atuam de acordo com o estabelecido em seus normativos bem como nas políticas definidas em seu PPI.

Além disso, o curso de Direito da FCJP cumpre com a prerrogativa referente à coordenação de curso, onde o curso possui coordenador com carga horária específica para o desenvolvimento de atividades organizacionais e representatividade nas comissões e colegiados. A gestão institucional apresenta excelente organização e compõem adequadamente os colegiados de curso e NDE.

A administração acadêmica ocorre de forma participativa através do envolvimento dos seus componentes em atividades efetivas como: Reuniões de Colegiado, Reuniões do NDE, Reuniões Pedagógicas e Semana de planejamento pedagógico. Em todos estes eventos a participação da comunidade acadêmica tem papel de relevância para o aprimoramento continuo das ações desenvolvidas pela administração, observando as normas regimentais e proporcionando a interação do grupo gestor nas tomadas de decisões.

A CPA observou maior integração dos vários setores da Instituição, onde buscou melhor comunicação e integração dos dados nos diferentes setores da Instituição, culminando na melhoria do processo de informatização da Instituição.

Quanto aos egressos, a Instituição preocupou-se em manter o vínculo, onde se nota houve contato com os egressos através do NOPE no ano de 2016, por meio de questionário avaliativo da situação profissional do egresso.

Por fim, destacamos a implementação do Sistema de Gestão Acadêmica SEI, que proporcionou maior agilidade e eficiência na gestão acadêmica e institucional, onde foi realizado treinamento para todos os envolvidos na execução do sistema eletrônico tecnológico.

Dimensão 7

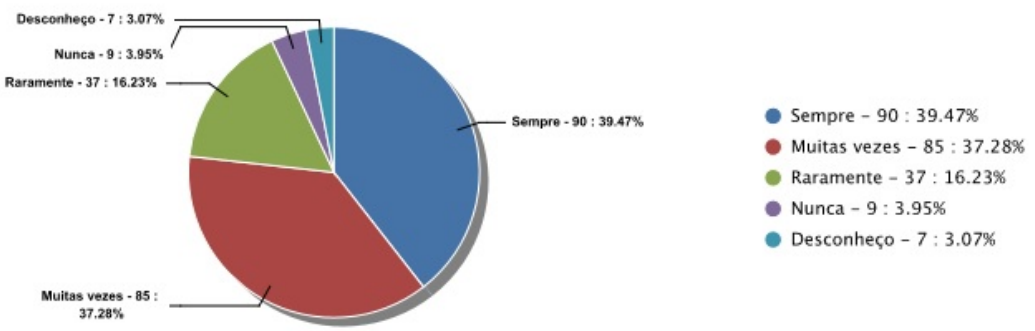
Infraestrutura Física

Com o objetivo de avaliar a infraestrutura física e tecnológica existente na FCJP para atendimento do ensino e da extensão, na avaliação constatou-se que a infraestrutura física da Instituição atende o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Suas instalações atendem às normas de segurança, aos requisitos de acessibilidade pelos estudantes, sobretudo os deficientes físicos, configurando-se num espaço de qualidade à prática do ensino. Espaços destinados à administração, coordenação e docentes, são bem dimensionados e ambientalmente saudáveis.

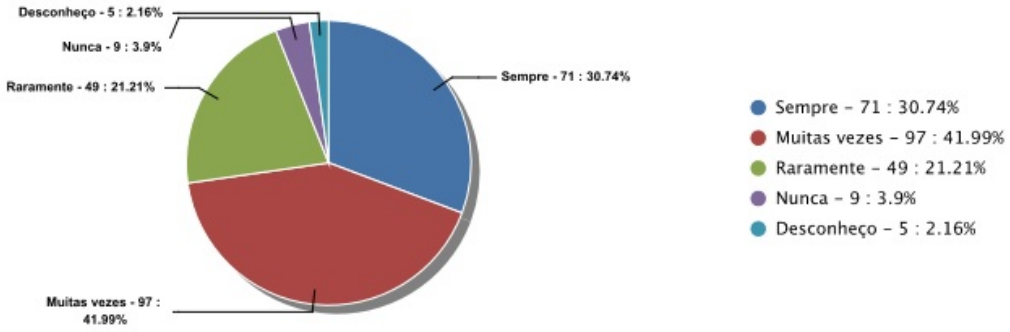
Nesta dimensão, os agentes avaliadores são: discentes e docentes. Abaixo, as representações gráficas da autoavaliação institucional 2016:

Avaliação da Faculdade pelo Aluno

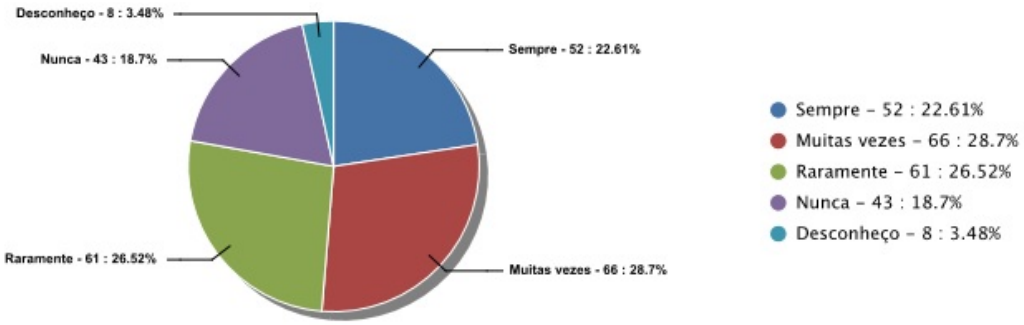
1) As condições físicas disponíveis são adequadas para a realização das aulas teórica-prática?



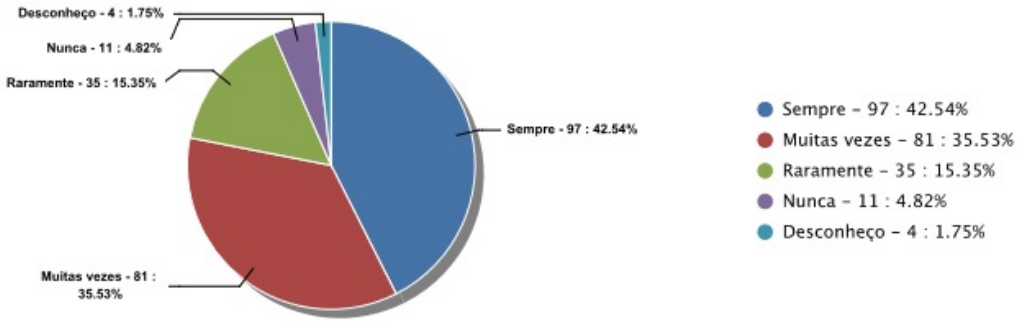
2) Existe material didático-pedagógico que atenda as necessidades das aulas teórico-prático?



Os laboratórios são suficientes e equipados para a quantidade de alunos?

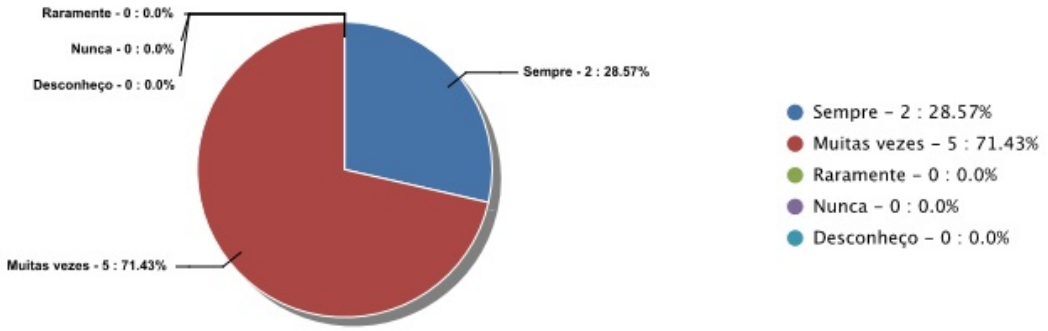


As salas de aulas estão preparadas para receber os alunos?

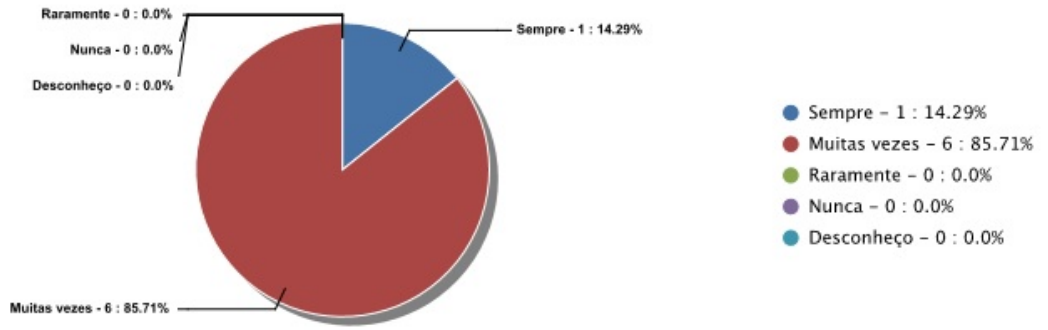


Avaliação da Faculdade pelo Docente

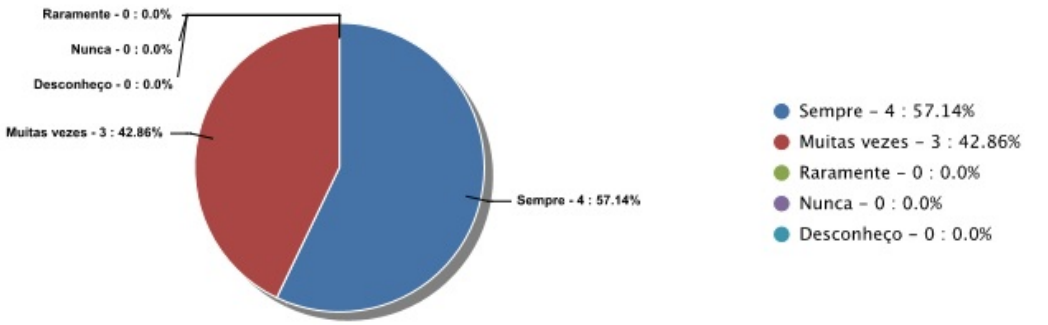
As condições físicas disponíveis são adequadas para a realização das aulas?



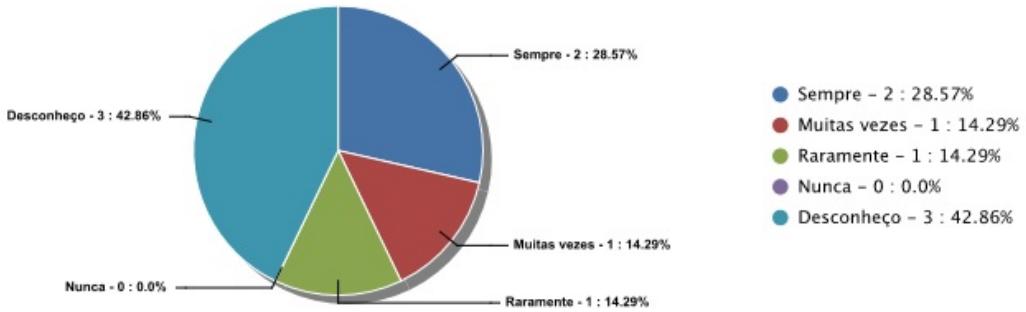
Existe material didático-pedagógico que atenda as necessidades das atividades em sala?



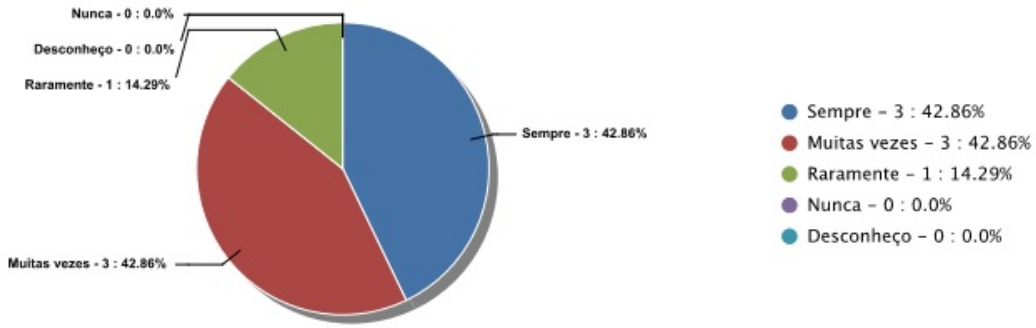
Os serviços prestados da biblioteca são adequados?



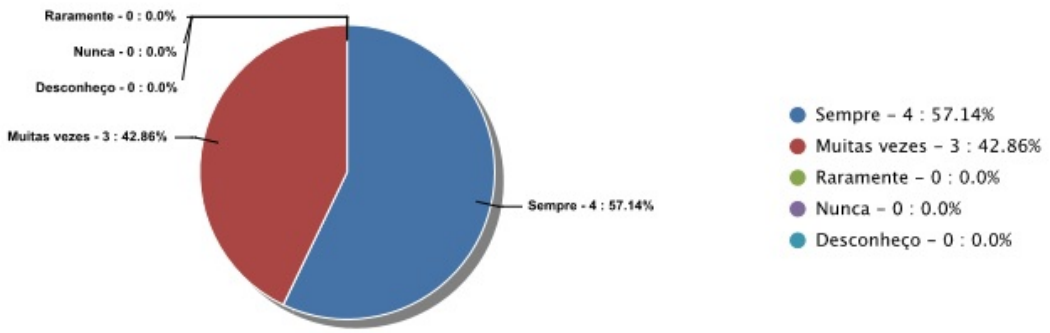
Os laboratórios são suficientes e equipados para a quantidade de alunos?



As salas de aulas estão preparadas para receber os alunos?



A Faculdade proporciona oportunidades para a realização de atividades de prática profissional?



Percebe-se que a Instituição evoluiu no aspecto que envolve a infraestrutura física, uma vez que o ano de 2016 foi o marco de transição de mudança de endereço da Instituição, onde funcionava em um prédio precário em termos de estrutura e funcionalidade, para um imóvel mais amplo e com comodidade adequada aos discentes, docentes e corpo técnico-administrativo.

As salas de aulas se mostram com climatização adequada ao clima tocantinense, bem como a iluminação, que melhorou consideravelmente em comparação ao antigo prédio.

A biblioteca recebeu livros atualizados e compõe número proporcional à demanda acadêmica. Destaca-se, principalmente, a implantação da biblioteca virtual para o ano 2017 que proporcionará uma amplitude da pesquisa acadêmica e aperfeiçoamento do ensino.

Houve em 2016 a manutenção constante dos equipamentos do laboratório de informática, com visita periódica de profissional técnico para a manutenção das máquinas. Pelo que foi constatado, existe uma política contínua de manutenção de equipamentos.

Todavia, dentre todos os pontos levantados sobre a infraestrutura, merece destaque especial em relação ao novo prédio a acessibilidade. Nesse quesito a Instituição empenhou grandes esforços para tornar a FCJP em uma IES acessível às pessoas com necessidades físicas especiais. Em 2016 houve a implementação de vagas de estacionamento para portadores de deficiência e idosos, piso tátil em todos os caminhos internos da Instituição, com banheiros adaptados e portas de todos os setores com acessibilidade para deficientes visuais.

Dimensão 8

Planejamento e Autoavaliação

A oitava dimensão de avaliação do SINAES, referente ao Planejamento e autoavaliação pretende a verificação do processo avaliativo vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), objetivando um acompanhamento e monitoramento por meio da Avaliação Institucional.

A FCJP considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo continuo, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucionais (Lei nº 10.861/2004, artigo 3°).

Dentre as ações programadas, a Instituição se propôs a cumpri-las, realizando importantes ações de grande relevância institucional.

Buscou promover discussão com a comunidade acadêmica da IES para a importância da participação no processo de avaliação institucional. A ideia é buscar maior participação dos diversos segmentos - docente, discente, técnico-administrativo e comunidade - no processo de reflexão coletiva desencadeado pela Avaliação Institucional.

A Instituição realização pesquisa junto aos agentes avaliadores sobre qual a percepção que possuem em relação à avaliação institucional. Tem como potencialidade a abrangência de opiniões, com sugestões e críticas que podem acrescentar nas formulações dos questionários de avaliação. Esta ação se mostra necessária para agilizar o processo de avaliação de modo a não se tornar um contratempo no cotidiano dos agentes avaliadores. A reavaliação do processo de avaliação busca sempre melhorar e democratizar, de modo que é feito o convite a mais membros para participarem do processo.

Como uma das ações estabelecidas nesta dimensão, a Instituição busca promover reflexão, nos diferentes setores, sobre os dados obtidos na avaliação. Com isso, visa-se melhorias no desempenho de cada setor e nas atribuições de cada um. Verifica-se, ainda, a necessidade de um *feedback* dos acadêmicos relacionados a avaliação institucional. Como ação corretiva, buscou-se fazer uma apresentação geral do relatório a todos e reflexão mais aprofundada em setores específicos.

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e está relacionada:

- à melhoria da qualidade da educação superior;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e
- social;
- ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das
- instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Desta feita podemos subdividir a Avaliação Institucional em duas modalidades, são elas:

- **Autoavaliação** – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.
- **Avaliação externa** – Realizada por comissões designadas pelo Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativas e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

Dimensão 9

Políticas de atendimento aos estudantes

Em relação às políticas de atendimento aos discentes da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP), cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Orientação Psicológica e Educacional (NOPE), que visa auxiliar os discentes em dificuldades encontradas no ambiente acadêmico e também em situações externas que impactam no rendimento e desenvolvimento escolar.

É política da IES promover ações que visam integrar os novos alunos a realidade do ensino superior. Tal processo é feito principalmente por meio de palestras. Ao aluno ingressante, também são oferecidas atividade de nivelamento, especialmente em português, técnicas de oratória para apresentação do TCC e metodologias aplicadas ao Trabalho de Conclusão de Curso.

A Instituição buscou diagnosticar a realidade socioeconômica e cultural dos acadêmicos matriculados, realizando uma construção semestral do perfil socioeconômico e cultural dos discentes. Nota-se uma necessidade de se implementar em um momento estratégico do semestre letivo. Como ação corretiva haverá aplicação para melhor desenvolvimento de projetos educacionais.

O NOPE desenvolve um projeto de acolhimento dos acadêmicos ingressantes em cada semestre. Percebe-se a integração dos ingressantes com os veteranos. Esta ação é realizada por uma equipe responsável. Possibilita maior unidade do corpo discente.

Houve um aprimoramento da Ouvidoria, que buscou estabelece maior acessibilidade do discente na exposição de suas demandas, aproximando a comunidade acadêmica do núcleo gestor da instituição. Percebe-se que a ouvidoria atuou com democracia, sendo que a comunidade acadêmica possui variadas formas de comunicação.

Dimensão 10
Sustentabilidade Financeira

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. Esta dimensão tem o objetivo de avaliar a capacidade de administração financeira da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP), as garantias de sustentabilidade e continuidade dos compromissos institucionais. De acordo com a pesquisa realizada junto ao departamento financeiro da Instituição, a gestão financeira do curso superior tem sido exercida dentro dos padrões de excelência vigentes pela Mantenedora.

Ressalta-se que, a Entidade Mantenedora, mantém o ponto de equilíbrio que determina a sanidade financeira da instituição, através de uma gestão firme e competente, e, mesmo em face à inadimplência, atende todas as necessidades institucionais, honra, em dia os seus compromissos. Em 2016 houve um aprimoramento nas políticas de captação e alocação de recursos, bem como as políticas de aplicação de recursos para programas de ensino, extensão e gestão, especialmente por meio da criação de mecanismos para redução da inadimplência. Durante o ano de 2016 foi alcançado melhorias nas políticas de redução da inadimplência.

A CPA entende como potencialidade, a sustentabilidade financeira da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) por estar baseada na programação orçamentária semestral, todos os projetos e programas previstos no PPI e PDI são considerados na organização do orçamento.

V. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

A consolidação do trabalho de autoavaliação consistiu na elaboração, divulgação e análise dos dados e das informações obtidas para a elaboração deste relatório. Contemplou, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da FCJP.

O presente relatório de autoavaliação referente ao ano de 2016, sendo o segundo de forma parcial, expressa o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação. A CPA incorporou resultados da avaliação de Curso e de desempenho de estudantes.

Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos. Além disso, o relatório apresenta sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

A divulgação, como continuidade do processo de autoavaliação, oportuniza a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, são utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação propicia, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna e externa.

Ao final do processo de autoavaliação foi realizada uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permite planejar ações futuras. O balanço crítico permite a revisão e o planejamento das atividades para a continuidade do processo de autoavaliação SINAES.

Deste modo, o processo de avaliação está proporcionando o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES. Espera-se que seja balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

VI. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

A Comissão Própria de Avaliação foi responsável pela sistematização das informações da autoavaliação, e no ano de 2016 destaca-se a primeira avaliação realizada inteiramente de forma eletrônica. Para tanto, utilizou-se o sistema eletrônico SEI para implementar os questionários de avaliação e disponibilizado no perfil eletrônico de todos os agentes avaliativos. O resultado foi eficaz, pois o sistema eletrônico, na medida em que todos os avaliadores marcavam ou escreviam suas respostas, eram geradas automaticamente os gráficos estatísticos. Ainda, a CPA contou com o apoio de setores que mantêm banco de dados e registros permanentes, como a Secretaria e a Ouvidoria. Os membros da CPA contaram, permanentemente, com a participação dos demais setores da IES e da Direção na organização dos trabalhos e na discussão e aprovação deste documento anexado ao e-MEC.

A participação da CPA, inclusive com a significativa presença dos representantes da comunidade acadêmica, foi altamente significativa em todas as fases do processo desde o momento da sua instalação. Relembremos essas fases:

Fase de sensibilização da comunidade acadêmica, que conseguiu o envolvimento da comunidade na elaboração e no desenvolvimento da proposta avaliativa por meio de palestras, reuniões, cartazes e publicações. Esta sensibilização também esteve presente, tanto nos momentos iniciais do processo como nas demais fases do processo avaliativo, incluindo nesta, a análise, discussão e interpretação.

Nas fases de desenvolvimento do processo, na coleta e análise das informações e interpretação de resultados e na elaboração deste relatório parcial de autoavaliação a participação dos sujeitos (direção, coordenação, professores, alunos e funcionários técnicos administrativos contribuíram muito com os trabalhos). Nesse sentido, a organização dos relatórios parciais de cada dimensão se mostrou eficiente porque abriu espaço para a participação do vários setores da FCJP, como permitiu a análise cuidadosa de dados e documentos, de relatórios setoriais, bem como a elaboração de conclusões e sínteses de forma didática. Tudo isso ofereceu oportunidades, aos participantes, de um aprendizado significativo sobre os procedimentos da avaliação e sobre a própria FCJP.

Com relação à fase da avaliação externa, definida no SINAES e realizada pelas equipes do INEP, é importante ressaltar a disposição da CPA para realizar, de forma coletiva e dialógica, essa fase. Ressaltamos que este Relatório atende às orientações do CONAES, que indica que este deve estar voltado para as análises, interpretações e conclusões.

A CPA está ciente de que a avaliação deve possibilitar a elaboração de propostas para as políticas de desenvolvimento institucional, e oferecer subsídios para o planejamento estratégico e setoriais e para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por isso colabora com as seguintes tarefas:

- Divulgar os resultados de forma transparente procurando gerar "através da autoconsciência valorativa, a capacidade da FCJP planejar-se para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social".

- Elaborar balanços críticos que proporcionem autoconhecimento da FCJP e se caracterizem como balizadores da avaliação externa, prevista no SINAES.

- Continuar o processo, incentivando para a avaliação dos planos de gestão e para inclusão e incorporação das recomendações e sugestões nos planejamentos setoriais.

Os resultados das avaliações serão acumulados a fim de fornecer estudos comparativos. Nesse sentido, se compromete a preservar documentos e manter a memória deste processo de avaliação.

Com base nas análises periódicas são apresentadas recomendações, visando à formulação de estratégias pertinentes ao Projeto Pedagógico da Instituição, à melhoria da qualidade do ensino à consolidação de sua missão, das suas finalidades, de seus objetivos e compromissos sociais.

A CPA espera, também, que este relatório contribua com as estratégias utilizadas na análise e interpretação de resultados e na elaboração de indicadores, categorias e conceitos com o enriquecimento e consolidação das políticas de avaliação institucional propostas pela legislação (SINAES, CONAES, INEP) e com aprofundamentos dos conhecimentos desenvolvidos na literatura especializada.

Os indicadores aqui apontados permitem oferecer uma visão institucional e contribuem para a realização de balanços comparativos. Dessa forma, o MEC de posse de outros indicadores, índices e estatísticas oficiais sobre o ensino superior, na região, no Estado e no País poderá ter uma compreensão orgânica, para gerar suas políticas para o setor, visando cumprir as metas propostas nos diversos planos da educação. Entretanto, a CPA entende que o principal resultado deste processo de autoconhecimento da FCJP, deve voltar-se prioritariamente para o desenvolvimento da cultura de mudança, de atualização contínua e de aperfeiçoamento de estratégias, visando à melhoria da qualidade do ensino, a otimização do desempenho institucional e a efetivação responsável dos compromissos com a sociedade, de acordo com a sua missão, as finalidades e objetivos gerais expostos nos seus documentos oficiais e interiorizados nas suas práticas.

Observou-se acerca dos eixos/dimensões no ano de 2016:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional – apresentou avanço no desenvolvimento dos trabalhos da CPA, com a comunidade acadêmica participando efetivamente do processo avaliativo, especialmente com a implantação do formulário avaliativo por meio do sistema SEI. Acredita que as importantes atribuições da CPA foram compreendidas durante todo o ciclo avaliativo.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional – a estrutura do sistema de gestão acadêmica do curso ocorreu com instalação de sistema computacional e treinamento de pessoal, tanto da área técnico-administrativa, quanto dos docentes. A CPA irá acompanhar o período de adaptação do sistema de gestão para constar no relatório definitivo. Entendeu-se necessário realizar reuniões com a coordenação de curso e direção para melhorias do processo de autoavaliação. O que aconteceu positivamente. O NOPE realizou atividades para atualização do cadastro dos Egressos, por meio de telefonemas e encaminhamento de emails; todavia, o

retorno dos Egressos aos emails foi considerado baixo. Espera-se para o próximo relatório que o NOPE consiga alcançar alternativas que melhore a comunicação junto aos Egressos. O Núcleo de Prática Jurídica apresentou maior expressividade em suas ações, acredita-se que tal fato ocorreu por meio do enriquecimento na forma de divulgação junto a comunidade acadêmica e externa. A Clínica de Direitos Humanos associada ao Núcleo de Prática Jurídica contribuiu para a implementação de atividades externas, especialmente com palestras de orientação jurídica. As atividades de extensão relacionas à cultura, ainda que de forma tímida, apresentou evolução. A CPA acompanhou as atividades e espera que para o próximo relatório as atividades relacionadas à cultura estejam mais estruturadas.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas – a semana interdisciplinar acontece com palestra destinada a comunidade acadêmica e externa. É um projeto contínuo que tem recebido atenção especial da CPA. O levantamento de dados realizado pela CPA, por meio do questionário aplicado, demonstra que a apresentação dos planos de ensino foi satisfatória para o ano de 2016. Os docentes foram motivados a produção de artigos científicos, existiu para o ano de 2016 contribuições financeiras da IES para com a publicação de artigos científicos produzidos pelos docentes. A CPA acompanhou projetos de visitas aos órgãos públicos, podendo afirmar que existiram melhorias na interação da instituição com a comunidade externa, bem como na compreensão do alunado quanto a sua atuação profissional em diversos setores. O NPJ durante o ano de 2016 realizou seminários junto a comunidade externa, proporcionando êxito na divulgação de suas atividades. Conforme informado no relatório anterior (2015), instituição se dispôs a colocar em pauta para 2016 a execução do projeto de pós-graduação, com vista a melhor acompanhar o desenvolvimento dos egressos, sendo que a CPA ficou de acompanhar tal situação, todavia, é necessário destacar que o pretendido curso ainda não foi implantado. O NOPE desenvolveu atividades para acompanhamento da permanência do alunado na instituição, ação considerada exitosa. A ouvidoria atuou como um canal aberto para as demandas da comunidade acadêmica e externa, os relatórios de emissão deste setor foram analisados pela CPA e demonstram evolução na contribuição para com o processo educacional.

Eixo 4 – Políticas de Gestão – a realização dos encontros pedagógicos refletiram positivamente no ensino-aprendizagem. O envolvimento dos docentes junto aos órgãos colegiados apresentou melhoras. O corpo técnico administrativo participou de cursos com profissional habilitada. Apontou-se a necessidade de mais integração entre os setores da instituição, tendo como sugestão da CPA a realização de reuniões periódicas. Existiu a

implantação do sistema de gestão acadêmica SEI, que se mostrou mais eficiente que o sistema anterior. A destinação de recursos para os programas e atividades de extensão foram considerados suficientes.

Eixo 5 – Infraestrutura física – a política de manutenção dos equipamentos eletrônicos da instituição foi fortalecido. Já a estrutura física, foi objeto de muitas reclamações durante 2015, elevou seu índice de satisfação, tanto por parte do alunado, como dos professores, técnico-administrativo e pela sociedade civil organizada, pois atualmente se encontra instalada em um novo prédio com instalações adequadas, bem climatizadas e mais iluminadas. Considera-se que esta mudança de prédio reflete uma conquista da CPA em conjunto com a Ouvidoria.

Finalmente, espera-se que este processo de autoavaliação proporcione não só o autoconhecimento institucional, mas também, apresente com responsabilidade, ética e compromisso político, os resultados e indicadores que sejam balizadores da avaliação externa, prevista no SINAES.

Paraíso do Tocantins, 20 de dezembro de 2016.

Comissão Própria de Avaliação – CPA